

Manaus, domingo, 14 de março de 1999

Emenda cria reserva indígena na CMM

Outras minorias podem exigir o mesmo tratamento. Esse é um dos argumentos contrários à proposta que já começa a causar polêmica em Brasília

O deputado Antônio Feijão (PSDB-AP) está colhendo assinaturas para uma emenda constitucional que promete causar polêmica no Congresso Nacional: a proposta reserva uma cadeira na Câmara dos Deputados para um índio, eleito entre as comunidades indígenas do País. Antes mesmo de ser apresentado oficialmente, o projeto está sendo rejeitado por parlamentares e pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

"Um índio sozinho no Congresso será um massacre", reagiu Paulo Maldos, representante do Cimi. Essa medida não é aplicável a realidade indígena que possui 200 etnias e desconhece o sistema parlamentar brasileiro, acrescentou. Outra dificuldade é a diferença entre as comunidades. "Os índios são tão diferentes quanto um alemão comparado a um iraniano", observou o integrante do conselho.

Consultado sobre o assunto por uma comissão da Câmara, o Cimi se posicionou contra a emenda. "Se com parlamentares de oposição não conseguem fazer nada imagine um índio", reforçou o representante da entidade. Maldos afirmou que o segmento está isolado. "Nem mesmo as comunidades votam em seus representantes". Os índios tiveram candidatos em Roraima, Amazonas, Acre e Mato Grosso, mas não elegeram um deputado federal sequer. Na avaliação do integrante do conselho, "as comunidades preferem votar no homem branco por acreditar que ele tem mais poder".

Loucura - A proposta de reserva de uma vaga na Câmara para um índio é considerada uma loucura pelo deputado Átila Lins (PFL). Por esse princípio, declarou, outras minorias como os caboclos da Amazônia e os integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) podem exigir o mesmo tratamento. Na opinião de Lins, a medida fere a democracia por impor uma condição para votação.

"Respeito a opinião do deputado, mas não concordo com essa tese. Ela cria um privilégio para um segmento", apontou o parlamentar amazonense. "A proposta é polêmica", concordou o deputado Francisco Garcia (PFL). Ele acrescentou que com a medida "a gente começa a tirar o direito do índio que já vota (e pode disputar cargo eletivo) de escolher os seus representantes". O parlamentar teme que essa excepcionalidade também possa ser exigida por garimpeiros ou caboclos.

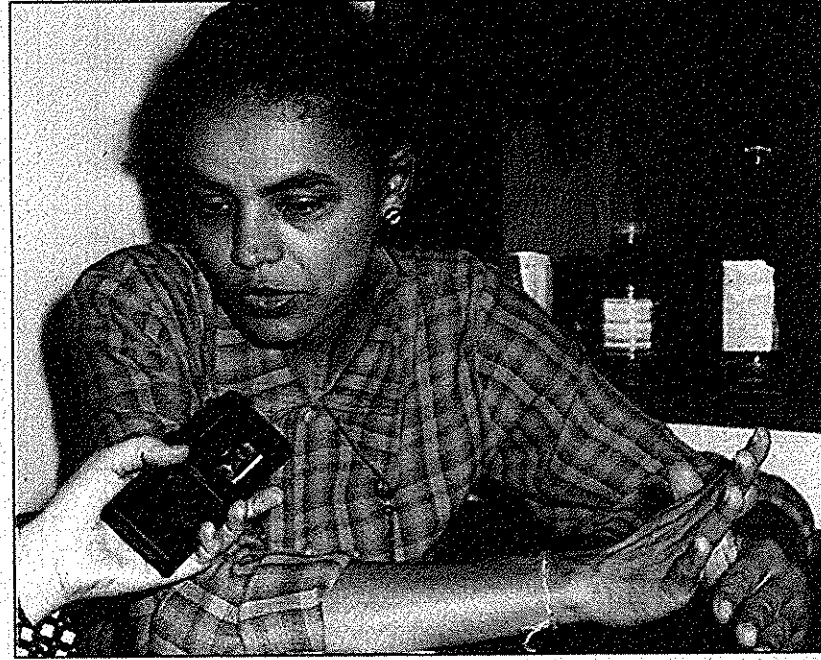
Cautelosa com a iniciativa do deputado, a senadora Marina Silva (PT/AC) evita descartar a emenda antes de conhecê-la. Ela concorda, no entanto, com a chamada discriminação positiva. "Nos Estados Unidos existe, por exemplo, a exigência de uma cota mínima para negros em universidades. Mas essa reserva no Parlamento seria uma renovação", acredita a líder do bloco de oposição no Senado. Ela prefere, porém, avaliar a proposta para depois se posicionar sobre o assunto.

Marina Silva afirma que a proposta não pode impedir os índios de participar do processo normal de eleição. Atualmente, vários índios podem se candidatar nas eleições. Candidato a uma vaga de deputado federal pelo Distrito Federal, Marcos Terena teve cerca de 6 mil votos, mas não conseguiu se eleger. Se a emenda impedir que outros índios sejam eleitos pela votação branca, por exemplo, os direitos estariam sendo prejudicados, de acordo com a senadora.

Por uma questão de princípio, a deputada Vanessa Grazziotin (PC do B) defende que as minorias estejam representadas no Congresso, mas avalia com cautela a emenda de Antônio Feijão. "O direito dos índios é inquestionável. Precisa-se buscar e encontrar mecanismo que assegure essa representatividade", reforçou a parlamentar, que acha perigosa a reserva de vaga.



Átila Lins acha que a democracia sai ferida



Marina Silva concorda com discriminação positiva



Vanessa Grazziotin avalia com cautela a emenda



Marcos Terena: 6 mil votos que não garantem eleição

Juruna foi brincadeira, diz Feijão

Reduzidos de 3 milhões, na época do descobrimento do Brasil, para cerca de 320 mil, os índios tiveram um único representante no Congresso Nacional, o ex-deputado Mário Juruna, que acabou se transformando em piada nacional. O deputado Antônio Feijão afirma que a emenda tenta resgatar uma dívida do País com as populações indígenas desde 1500.

"As comunidades marajoara e tapajós foram dizimadas em dez anos de contato com o homem branco", declara o autor da proposta de reserva de uma vaga na Câmara dos Deputados para um índio. Feijão considera a eleição de Juruna uma brincadeira dos eleitores do Rio de Janeiro com a abertura democrática na década de 80. Ele acredita que os índios têm representantes capazes de compreender o funcionamento da Câmara. "Em índios que falam francês, português e o idioma do grupo".

Segundo o deputado, não há perigo de outras minorias reivindicarem representatividade no Congresso Nacional, porque todas elas já têm os seus representantes. "Os gays, os negros, os ambientalistas. Estão todos aqui. O índio é o último segmento da sociedade brasileira que não participa da atividade parlamentar". Ele revela que vários grupos indígenas se assanharam com a proposta. Feijão diz que em uma semana conseguiu cem assinaturas de colegas que apoiam a emenda constitucional.

Pela proposta, o candidato-índio seria votado apenas entre as populações indígenas, com rodízio entre os estados, ao final de cada mandato. A emenda prevê que o Tribunal Superior Eleitoral regulamentará o processo de votação entre as comunidades. O sistema seria o primeiro ensaio do voto distrital misto, explica o parlamentar. Nesse caso, o espaço geográfico seria substituído pela etnia indígena, numa versão mais social de que política desse tipo de eleição que escolhe o representante por região e não por estado.



Mário Juruna visita Manaus como o primeiro deputado indígena